

Fenaban propõe apenas repor a inflação



A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) se nega a oferecer uma proposta decente, que valorize os bancários. Após cinco rodadas de negociação com o Comando Nacional dos Bancários, a Fenaban propôs apenas o reajuste da inflação no salário, na PLR, vales refeição, alimentação e demais cláusulas econômicas, sem aumento real.

Os representantes dos bancos também não garantiram que os bancários não serão substituídos por trabalhadores contratados de forma precarizada, a exemplo da terceirização. Os bancos querem alterar cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, segundo eles, para garantir segurança jurídica, mas sequer apresentaram a redação das modificações. A próxima rodada de negociação ficou agendada para o dia 17 de agosto (sexta-feira).

O Comando Nacional dos Bancários se reuniu, avaliou a proposta e indicou sua rejeição nas assembleias realizadas na quarta-feira (8) por sindicatos da categoria de todo o país, uma vez que a mesma não traz aumento real nem garantia dos direitos conquistados e estabelecidos

na CCT, tampouco a manutenção dos empregos.

Segundo Aline Molina, presidenta da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP), a proposta apresentada é insuficiente e incompleta. “Queremos garantia de emprego, manutenção dos direitos, reposição da inflação e aumento real. A Fenaban não apresentou nada para cláusulas que havíamos discutido nas reuniões anteriores. Por estas razões, o Comando Nacional orienta a rejeição da proposta apresentada”, comenta a presidenta.

Proposta insuficiente e incompleta

Além de não querer dar aumento real, os bancos já disseram que vão retirar a cláusula da CCT que possibilita o abono ou compensação dos dias parados de greve.

Um avanço da negociação desta terça-feira é que a CCT é válida para todos, inclusive para os trabalhadores hipersuficientes, que possuem escolaridade de nível superior e ganham acima de dois tetos do INSS.

Caixa apresenta proposta inaceitável



Na quinta rodada de negociação específica da Caixa dentro da Campanha Nacional 2018, a direção do banco apresentou uma proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que ignora dezenas de direitos atualmente garantidos pelo ACT. A negociação ocorreu de terça-feira (7), em São Paulo (SP).

Dentre os direitos garantidos pelo Acordo Coletivo atual que não foram citados na proposta apresentada estão: horas extraordinárias, adicional de trabalho em horário noturno, PLR Social, isenção de anuidade cartão de crédito, juros do cheque especial diferenciado, tarifas em conta corrente, ausências permitidas, escala de férias, jornada de trabalho, Saúde Caixa, suplementação do auxílio doença (licença caixa), adicional de periculosidade e insalubridade, intervalo para descanso NR 17, homologação das rescisões, GT Saúde Caixa, GT Saúde do Trabalhador, negociação permanente, incentivo à elevação por escolaridade, Incorporação REB, GT Contencioso Funcef, mais contratações, abrangência do ACT.

Os representantes dos trabalhadores explicitaram a insatisfação com relação à minuta apresentada na mesa de negociação e pressionaram por uma nova rodada de negociação, marcada para dia 17, na sequência da próxima negociação com a Fenaban.

Banco do Brasil apresenta proposta insuficiente e incompleta

O Banco do Brasil apresentou uma proposta de manutenção da maioria dos itens do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pela vigência que foi firmada na mesa única de negociação, na sexta rodada de negociação específica do BB, realizada na tarde de terça-feira (7), em São Paulo (SP). Porém, faltou uma proposta mais completa para as cláusulas econômicas. O Banco acompanhou a proposta de reajuste oferecida na mesa única.

No documento a ser entregue pelo Banco do Brasil, há ajustes no texto atual de alguns pontos. A direção do banco se comprometeu a passar a proposta de nova redação antes da próxima reunião.

Um dos pontos de mudança é a cláusula sobre ciclos avaliatórios para descomissionamentos. O banco havia proposto um semestre e agora propõe dois semestres. Outras cláusulas serão discutidas como a proposta de intervalo de almoço e parcelamento de férias. O BB também não apresentou a proposta de renovação do protocolo de resolução de conflitos, que mantém um



canal para as denúncias de assédio moral. A Comissão de Empresa avalia que assim como os ciclos de GDP, essa cláusula é uma proteção para os funcionários. Um ponto positivo da proposta é na cláusula de ausências autorizadas, onde serão incluídos padrasto e madrasta dos funcionários.